

Luciano Gonçalves de Castro e Silva

Pesquisador / Demógrafo do IBGE. Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela ENCE/IBGE. Professor Colaborador da ENCE/IBGE e da UFRN. Graduado em Ciências Atuariais pela UFRJ. Atuário MIBA nº 1.116. Pós-graduado em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM/RJ). Perito Atuarial Oficial nº 3.597, nas áreas de Previdência, Seguros, Capitalização e Planos de Saúde. Especialização em Gestão Atuarial, Previdência Pública e Privada e Planejamento Estratégico. Consultor na área de Previdência Pública (RPPS) e Privada (Fundos de Pensão)

Corrigindo...

Na última edição da Revista RPPS do Brasil, nº IV, na página 22, foi divulgado um título errado no artigo do colunista Luciano Gonçalves de Castro e Silva. Onde se lê: "Participação da sociedade civil na gestão dos regimes de previdência dos servidores públicos". O correto é: "Razão de dependência previdenciária: A demografia contra os sistemas de repartição simples".

Crianças, jovens, adultos e idosos: as projeções de população do IBGE como balizadores de políticas públicas



O conhecimento sobre as características passadas e as projeções sobre o comportamento futuro da composição por sexo e idade da população representam o alicerce mor para o planejamento estratégico governamental, tanto na esfera federal, quanto nas esferas estadual e municipal.

O Dicionário Demográfico Multilíngue define a Demografia como sendo o estudo científico das populações humanas, principalmente no que diz respeito ao seu tamanho, estrutura e desenvolvimento, tendo como sua unidade estatística básica o indivíduo ou pessoa. Já as Projeções de População são definidas como os cálculos que determinam o futuro desenvolvimento de uma população, com base em suposições sobre as perspectivas de fecundidade, mortalidade e migração, assim chamadas as três componentes da dinâmica demográfica.

Essa metodologia de projeção de população que conjuga a fecundidade, a mortalidade e os fluxos migratórios é chamada de "Método das Componentes Demográficas" (ou MCD). Esse referido método parte da conhecida Equação Básica ou Compensadora da Demografia, que define:

$$POP(t) = POP(0) + (N(0,t) - M(0,t)) + (I(0,t) - E(0,t))$$

Crescimento Natural Saldo Líquido Migratório

Ou seja, a população em qualquer instante de tempo t (POP(t)) é igual à população no instante inicial 0 (POP(0)) mais o chamado crescimento natural (diferença entre os nascimentos (N(0,t)) e as mortes (M(0,t)), ambos ocorridos entre o instante inicial 0 e o instante t) mais o saldo líquido migratório (diferença entre o quantitativo de imigrantes ou pessoas que chegam (I(0,t)) e o quantitativo de emigrantes ou pessoas que saem (E(0,t)), ambos também ocorridos entre o instante inicial 0 e o instante t).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE é a instituição no país com tradição e expertise na elaboração de projeções populacionais. O trabalho precursor data do início da década de setenta e no ano de 2013 a instituição divulgou a mais nova projeção de população por sexo e idade para o Brasil (período 2000-2060) e as 27 unidades da federação (período 2000-2030), tendo como principal inovação a utilização do citado MCD para cada um dos 27 estados brasileiros, o que até então só era feito para o Brasil.

Como resultado final dessa projeção, importantes estatísticas são derivadas, ao longo de todos os anos da projeção, como o quantitativo de crianças em idade para o maternal e pré escola, crianças com idades para o ensino fundamental e jovens para o ensino médio, jovens com idade para o ensino superior, adultos, idosos, mulheres em idades reprodutivas, homens com idade para prestação de serviços militares, etc. Além desses quantitativos são derivadas as razões de sexo, as taxas de crescimento populacionais, os nascimentos por sexo e taxa bruta de natalidade (TBN), os óbitos por sexo e taxa bruta de mortalidade (TBM), o crescimento natural, os migrantes por sexo e taxa de migração (TMIG), a taxa de mortalidade infantil (TMI), as taxas específicas de fecundidade (TEF's) e taxa de fecundidade total (TFT). Também são construídas as tábuas de mortalidade por sexo e a conhecida função expectativa de vida (ex), além de outros indicadores calculáveis como a razão de dependência de jovens (RDJ) e idosos (RDI) e o índice de envelhecimento (IE) populacional, por exemplo.

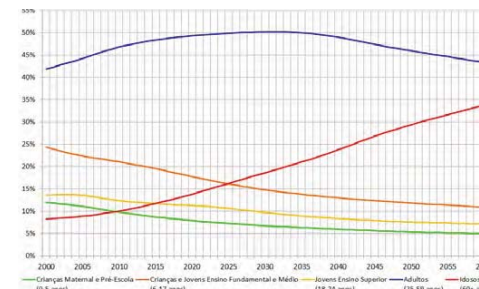
Os resultados da projeção apenas corroboram o notório contraste de desenvolvimento social, econômico e de infra estrutura, quando comparamos

os Estados das 5 Grandes Regiões do país, aspectos estes com reflexo na demografia passada, atual e futura local, acentuados pela geografia continental da nossa nação. Como os resultados da projeção populacional são diferentes para cada um dos 27 Estados, políticas públicas no âmbito da educação, saúde, previdência e assistência social, saneamento básico, coleta de lixo, meio ambiente (sustentabilidade), segurança pública, dentre outras, deverão ser balizadas a partir dessas importantes informações. A partir da análise do Gráfico 1 percebemos uma diminuição gradativa da distribuição relativa do número de crianças com idades de maternal e pré escola, crianças do ensino fundamental e jovens do ensino médio, além dos jovens do ensino superior. Com relação à política pública da Educação, será que os esforços daqui para frente deveriam ser no sentido da construção de novas escolas e universidades ou na melhoria da qualidade do ensino com uma verdadeira valorização do corpo docente?

No artigo que escrevi na edição anterior, falei da insustentabilidade dos sistemas previdenciários que operam unicamente na lógica do Regime Financeiro de Repartição Simples, em função do aumento gradativo do indicador batizado de Razão de Dependência Previdenciária (RDP), tanto para homens quanto para mulheres. O Gráfico 1 mais uma vez traz a tona a evolução da razão (quociente) entre "ativos" e "aposentados", uma vez que percebemos ao longo dos 60 anos da projeção de população um aumento e posterior diminuição do percentual de adultos (indivíduos em plena vida laborativa) contra um aumento crescente e alarmante da distribuição de idosos (potenciais aposentados e pensionistas) no país. Agora com relação à política pública da Previdência Social, será que não deveríamos repensar a forma de financiamento do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e, porque não, de grande parcela dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) do país? Será que um rol de atitudes, dentre elas a capitalização efetiva das contribuições e recursos em busca do tão sonhado Equilíbrio Financeiro e Atuarial (EFA), não deveria efetivamente acontecer em prol da solvência dos Sistemas Previdenciários?

O Gráfico 1 apresenta a distribuição percentual de alguns grupos etários selecionados para o Brasil, de 2000 até 2060, a partir dos dados da Projeção Populacional 2013 do IBGE.

Gráfico 1 – Distribuição % dos Grupos Etários – Projeção Populacional Brasil 2013



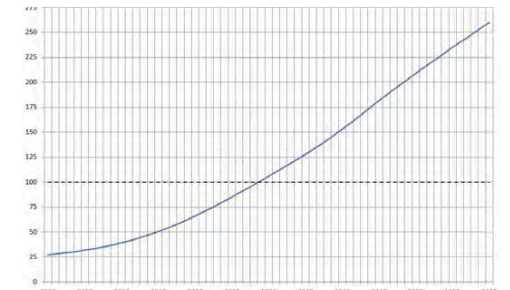
Fonte: IBGE - Projeção 2013 da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060.

A partir da análise do Gráfico 1 percebemos uma diminuição gradativa da distribuição relativa do número de crianças com idades de maternal e pré escola, crianças do ensino fundamental e jovens do ensino médio, além dos jovens do ensino superior. Com relação à política pública da Educação, será que os esforços daqui para frente deveriam ser no sentido da construção de novas escolas e universidades ou na melhoria da qualidade do ensino com uma verdadeira valorização do corpo docente? No artigo que escrevi na edição anterior, falei da insustentabilidade dos sistemas

previdenciários que operam unicamente na lógica do Regime Financeiro de Repartição Simples, em função do aumento gradativo do indicador batizado de Razão de Dependência Previdenciária (RDP), tanto para homens quanto para mulheres. O Gráfico 1 mais uma vez traz a tona a evolução da razão (quociente) entre "ativos" e "aposentados", uma vez que percebemos ao longo dos 60 anos da projeção de população um aumento e posterior diminuição do percentual de adultos (indivíduos em plena vida laborativa) contra um aumento crescente e alarmante da distribuição de idosos (potenciais aposentados e pensionistas) no país. Agora com relação à política pública da Previdência Social, será que não deveríamos repensar a forma de financiamento do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e, porque não, de grande parcela dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) do país? Será que um rol de atitudes, dentre elas a capitalização efetiva das contribuições e recursos em busca do tão sonhado Equilíbrio Financeiro e Atuarial (EFA), não deveria efetivamente acontecer em prol da solvência dos Sistemas Previdenciários?

O Gráfico 2 apresenta a evolução do Índice de Envelhecimento (IE) populacional do Brasil ao longo dos 60 anos da projeção.

Gráfico 2 – Brasil – Índice de Envelhecimento Populacional – 2000-2060



Fonte: IBGE - Projeção 2013 da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060.

e "IE" é calculado como sendo a razão (quociente) entre o quantitativo de idosos (no caso os indivíduos com mais de 60 anos) e crianças (indivíduos de 0-14 anos), multiplicado por 100. Em suma, ele nos fornece o número de idosos para cada 100 crianças. As projeções são de que esse índice atinja a marca de 100 idosos para cada 100 crianças no ano de 2028. E a nossa política pública de saúde básica oferecida pelo SUS? Quanto mais envelhecida a massa populacional maior é a demanda pela Assistência à Saúde no âmbito ambulatorial e hospitalar, com incidências crescentes de eventos como consultas, exames, terapias, tratamentos continuados, cirurgias, internações, dentre outros, isso sem falar no gasto com medicamentos e vacinas.

Para finalizar, gostaria de aproveitar a oportunidade para deixar um recado aos gestores públicos: Ser previdente é pensar no futuro. Não podemos perder mais tempo, o futuro é o agora. Utilizem as projeções populacionais como ferramentas de gestão. Planejamento Estratégico Temporal é condição sine qua non para o sucesso. Troquemos as palavras por atitudes em benefício da sociedade brasileira.

Pesquisador / Demógrafo do IBGE. Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela ENCE/IBGE. Professor Colaborador da ENCE/IBGE e da UFRN. Graduado em Ciências Atuariais pela UFRJ. Atuário MIBA nº 1.116. Pós-graduado em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM/RJ). Perito Atuarial Oficial nº 3.597, nas áreas de Previdência, Seguros, Capitalização e Planos de Saúde. Especialização em Gestão Atuarial, Previdência Pública e Privada e Planejamento Estratégico. Consultor na área de Previdência Pública (RPPS) e Privada (Fundos de Pensão).